



QUESTÃO DE GÊNERO

“Sem igualdade não há democracia”

Mobilizações marcam o Dia de Eliminação da Violência contra a Mulher. Hoje, haverá sessão solene do Congresso

» DANANDRA ROCHA

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Carmen Lúcia, advertiu, ontem, que a democracia brasileira não atingirá a sua plenitude enquanto agressões de gênero persistirem. O alerta foi feito em debate, promovido pelo TSE, para marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

“Não há democracia com desigualdade, discriminação e violência”, destacou Carmén Lúcia, no encontro, que teve o tema “Democracia: Substantivo Feminino”. Mulheres, representantes da política, da cultura, do movimento indígena, do empresariado e da sociedade civil trouxeram para o debate o seu ponto de vista sobre o tema. O evento teve como propósito conhecer diferentes trajetórias para pensar soluções concretas diante da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil.

Na abertura do evento, Carmén Lúcia lembrou que o Brasil convive com um cenário de violência que atinge, de maneira desproporcional, as mulheres e, entre elas, as mulheres negras. A ministra destacou que a Constituição de 1988 assegura igualdade, mas que essa igualdade “está longe de uma pacificação”. No discurso, ela convocou as mulheres a reagirem: “Juntas somos mais. Mais pelo bem do Brasil, mais por uma democracia que seja forte, porque não há democracia com desigualdade, discriminação e violência”, afirmou, defendendo que o Estado abra espaço para a escuta ativa das mulheres.

A ministra citou que o evento marca o início dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, iniciados no país em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. “Hoje é dia da sociedade civil falar”, disse, concluindo união para transformar práticas e instituições. “Eu tenho lutado, a minha vida inteira, pela igualdade. Porque a igualdade não está estratificada. Há os que são muito mais iguais que outros, e há os que não são iguais de jeito nenhum. Nós não queremos uma sociedade só de mulheres. Queremos uma sociedade de homens e mulheres com direitos iguais”, completou.

A ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, que participou

Cassia André/CB/D.A. Press



Única mulher no STF, Cármén Lúcia defendeu que o Estado abra espaço para a escuta ativa das mulheres, ao abrir o evento no auditório do TSE



Juntas somos mais. Mais pelo bem do Brasil, mais por uma democracia que seja forte, porque não há democracia com desigualdade, discriminação e violência”

Cármén Lúcia,
presidente do TSE

da primeira mesa, foi direta ao falar sobre a dificuldade enfrentada por mulheres, inclusive aquelas já eleitas, no momento de financiar suas campanhas. “É muito duro ver mulheres potentes, que já se elegeram, cheguem no momento do financiamento da campanha e terem que ficar rastejando, mendigando pelo efetivo financiamento”, afirmou. Segundo ela, além da falta de critérios claros, há uma insegurança permanente: “A cada processo eleitoral são novas regras, novos critérios”.

Macaé insistiu que, sem financiamento público, mulheres de origem popular simplesmente não conseguem se eleger. “Nós somos mulheres trabalhadoras do povo, professoras, assistentes sociais. Não temos grana para fazer uma campanha política se não tiver financiamento público”, disse, olhando para outras participantes que compartilharam a mesma trajetória.

A deputada Soraya Santos

(PL-RJ) reforçou o peso das decisões judiciais que, desde 2018, obrigaram partidos a destinar recursos e tempo de TV às candidaturas femininas. Segundo ela, sem essa intervenção, o avanço registrado no Parlamento jamais teria ocorrido.

Soraya apresentou um dado que surpreendeu parte do público: apesar de representarem apenas 18% da Câmara, as deputadas, hoje, são responsáveis por 48% de toda a produção legislativa.

Outras vozes

Não apenas políticas participaram do evento. A empresária Luiza Trajano, as atrizes Maria Ribeiro e Denise Fraga, a cantora Fafá de Belém, a presidente da Rede Sarah, Lúcia Braga, a jornalista Basília Rodrigues e a líder indígena Thaís Pitaguary foram outras convidadas. Trajano trouxe relatos acumulados de

atuação no grupo Mulheres do Brasil das campanhas internas do Magazine Luiza contra violência doméstica. Reforçou que a agressão psicológica, silenciosa e recorrente, é uma das mais perigosas e destacou a importância das rondas especializadas como ferramenta prática de proteção. “Quando a ronda funciona dia e noite, a mulher sabe que não está sozinha”, afirmou, criticando o fechamento precoce de delegacias da mulher e a limitação de atendimentos apenas às vítimas com medida protetiva.

Já Fafá de Belém ofereceu uma das falas mais importantes do dia ao descrever a realidade de meninas do Marajó submetidas há décadas a abusos normalizados como “cultura”. Relatou perseguições, aliciamentos e omissão das autoridades locais. “Meninas vão para as balsas para fugir da tortura do pai, e o Estado, onde está?”, questionou a cantora.

A luta por emprego

» LETÍCIA CORRÊA*

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados realizou, ontem, uma audiência pública sobre o tema “Jovens Mulheres Negras e o Desafio para o Acesso e Garantia do Direito ao Trabalho Digno”. O intuito do evento foi discutir as dificuldades e desigualdades de mulheres pretas no acesso e na permanência no mercado de trabalho.

A deputada Juliana Cardoso (PT-SP), que solicitou a reunião, afirmou que o racismo é “um projeto de desigualdade, é um projeto de morte, é um projeto de desrespeito”. De acordo com a parlamentar, esse preconceito é visível na Câmara, com um número menor de parlamentares negras, vindas de cotas.

“Essa estrutura econômica nunca se reconcilia com a vida das pessoas negras. E, inclusive, nesse espaço, nesse parlamento, vocês veem que nós somos 513 deputados. Se você for olhar as mulheres negras, são muito poucas. Nós estamos falando, eu acho que em 12, na média. Aliás, na Câmara a representação de negros e negras só cresceu por conta das cotas, que foi uma luta para constar, a luta para as mulheres terem espaço no partido, mas também terem seus espaços para conseguirem ser candidatas e ter recursos, tanto mulheres, quanto homens”, disse.

Na avaliação da coordenadora de justiça racial e de gênero da Oxfam Brasil, Bárbara Barboza, é triste ter que discutir esse tema em 2025. Para a pesquisadora, as mulheres negras são as que mais pagam taxas no Brasil, mesmo recebendo salários 62% mais baixos do que as de mulheres brancas, enquanto milionários não são taxados de forma proporcional.

Ela destacou a necessidade do reconhecimento do trabalho doméstico, majoritariamente ocupado por mulheres pretas, no Plano Nacional de Cuidados, que tem a finalidade de garantir o direito ao cuidado. “Existe uma falha muito grande nesse plano, que é de a gente não conseguir ainda abarcar a questão das trabalhadoras domésticas e também a própria questão, como eu falei, deve agregar dados sobre jovens mulheres negras. Impressiona jovens mulheres negras não estarem representadas no Plano Nacional de Cuidados. Porque quem está, neste momento, cuidando desse país, senão as jovens e mulheres negras?”, indagou.

A coordenadora-geral de fiscalização e promoção do trabalho decente no Ministério do Trabalho e Emprego, Dercyete Lisboa Loureiro, ressaltou que, apesar de tardio, o Ministério trabalha para amenizar as assimetrias de gênero, classe e raça do trabalho. “2024. Ah, é triste, depois de 50 anos de você ter a lei dizendo que elas tinham direito à carteira, vai começar a estruturar uma fiscalização do trabalho doméstico institucionalizada. Poxa, demoram para caramba, mas eu celebro demais”, concluiu.

A deputada Erika Kokay (PT - DF) reiterou que as políticas públicas direcionadas às mulheres negras devem seguir uma interseccionalidade, por se tratar de diferentes preconceitos, e precisam resgatar a condição de dignidade para as minorias.

*Estagiárias sob a supervisão de Edla Lula

Sessão solene celebra a marcha por reparação

» RAFAELA BOMFIM*

A Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem-Viver volta às ruas hoje, 10 anos após sua primeira realização, com uma agenda que inclui uma sessão solene na Câmara dos Deputados. A mobilização ocorre durante semana de atividades iniciada no dia 20 e programada até 26 de novembro, em Brasília, com debates e ações culturais organizadas por redes e movimentos de diversas regiões do país. A ideia é reafirmar o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades que atingem a população negra feminina.

A concentração do ato começa às 9h, no Museu da República, no Setor Cultural Sul, ponto de partida de onde milhares de participantes seguirão em direção à Esplanada dos Ministérios. No mesmo horário, será realizada a Sessão Solene do Congresso Nacional em

homenagem à Marcha, destacando o papel das mulheres negras na democracia brasileira. O evento será no Plenário da Câmara dos Deputados, com a presença de parlamentares e lideranças convidadas, entre elas as deputadas federais Benedita da Silva (PT-RJ), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Daiana Santos (PCdoB-RS) e Célia Xakriabá (PSOL-MG), que devem discursar utilizando o plenário como espaço de denúncia e afirmação política.

Às 19h30, representantes da marcha participam de audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin. Na reunião, será apresentada a urgência de rever a política de segurança pública em vigor, especialmente após a chacina ocorrida na Penha, no Rio de Janeiro, fato que impulsionou ainda mais as demandas por responsabilização das autoridades e revisão de protocolos oficiais.

Célia Xakriabá (PSol-MG), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, afirmou ao **Correio** que a Marcha representa “um chamado do Brasil profundo”, já que o ato expressa a força de mulheres que sustentam o país e ainda enfrentam desigualdades. Para a deputada, “democracia sem mulheres negras não existe, e o Estado tem o dever de garantir vida digna, trabalho, proteção e participação política para todas nós”, acrescentando que estará presente na cerimônia e no ato previsto para o final da manhã.

A deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), que também participa da Marcha, afirmou que estará presente “marchando lado a lado com mulheres negras de todo o país, reafirmando a força coletiva e a centralidade da luta das mulheres negras na transformação do Brasil”. (Leia mais na página 18)

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Para Daiana dos Santos, a marcha mostra a “força coletiva” da mulher